

AS VOZES VERBAIS NA GRAMATICOGRAFIA BRASILEIRA

Jaqueline de Moraes Thurler Dália (UERJ)
jaquelinethurlerdalia@gmail.com

RESUMO

Desde o início do pensamento gramatical, o verbo sempre foi fundamental e sua importância sintática e semântica na construção dos enunciados fez com que os gramáticos sempre dispensassem uma atenção especial a ele. Na gramaticografia brasileira não foi diferente e na tentativa de se ampliar a análise sobre tal vocábulo muitos foram os modelos criados para esse fim, o que evidenciou, nas suas próprias descrições, o desenvolvimento da ciência linguística através dos tempos. Assim, este trabalho tem por finalidade refletir sobre o tratamento dado ao verbo nos estudos gramaticais brasileiros do fim do século XIX até os dias atuais. Mais precisamente, busca-se compreender como a questão das vozes verbais foi tratada, nesse percurso, pelos gramáticos, visto que nunca houve um consenso sobre o assunto. Além de apresentar classificações diversas, essa categoria não apresenta lugar comum e fixo nos compêndios gramaticais. Essas formas sintáticas assumidas pelos predicados ocupam espaços distintos nos tratados, que vão desde quando se aborda as classificações dos verbos em substantivos, auxiliares e adjetivos até quando se fala de predicação e pronominalidade. Para tanto, a pesquisa aqui apresentada se baseou nas descrições contidas nas publicações de autores importantes da história da gramática de língua portuguesa no Brasil, de Jeronymo Soares Barbosa a José Carlos de Azeredo. Por fim, a discussão se volta, mais profundamente, a gramáticos que foram importantes, no seu tempo, e singulares, na trajetória das pesquisas, em relação à análise desse tema: Eduardo Carlos Pereira, Rocha Lima e José Carlos de Azeredo.

Palavras-Chave: Gramaticografia brasileira. Verbo. Vozes verbais.

1. Introdução

Desde o início do pensamento gramatical, o verbo sempre foi fundamental e sua importância sintática e semântica na construção dos enunciados fez com que os gramáticos dispensassem uma atenção especial a ele. Na gramaticografia brasileira não foi diferente e na tentativa de se ampliar a análise sobre tal vocábulo muitos foram os modelos criados para esse fim, o que evidenciou, nas suas próprias descrições, o desenvolvimento da ciência linguística através dos tempos.

Diante disso, este trabalho tem por finalidade refletir sobre o tratamento dado ao verbo nos estudos gramaticais brasileiros do fim do século XIX até os dias atuais. Mais precisamente, busca-se compreender como a questão das vozes verbais foi tratada, nesse percurso, pelos gramáticos, visto que nunca houve um consenso sobre tal assunto. Para tan-

to, a pesquisa aqui apresentada se baseou nas descrições contidas nas publicações de autores importantes da história da gramática de língua portuguesa no Brasil, que vão de Jeronymo Soares Barbosa até José Carlos de Azeredo.

Assim, o corpo do artigo agora apresentado se divide em três partes: *I – O estudo do verbo: um pouco de história*, na qual se pretende, resumidamente, refletir sobre o modo como essa classe de palavras foi analisada no início dos estudos de línguas e na gramaticografia brasileira; *II – As vozes verbais: uma pequena retrospectiva*, na qual se debruçou sobre as considerações, de um modo geral, acerca das vozes nas gramáticas nacionais; *III – As vozes verbais: a visão de três grandes autores situados no tempo e no espaço*, na qual se buscou analisar mais profundamente gramáticos que foram importantes, no seu tempo, e singulares, na trajetória das pesquisas, em relação ao estudo do tema. Assim, as reflexões foram dedicadas a Eduardo Carlos Pereira, início do século XX, Rocha Lima, anos 50 – 60, e José Carlos de Azeredo, primeira década deste século.

2. *O estudo do verbo: um pouco de história*

A análise dos verbos sempre mereceu destaque nos estudos sobre a língua, tanto que para alguns linguistas, o verbo é uma classe gramatical universal. Sua concepção se confunde com a própria compreensão de linguagem, já que está estreitamente relacionada à construção do raciocínio. Historicamente, a noção dos verbos como um grupo de vocábulos surgiu, concomitantemente, às categorias do discurso, dada a necessidade de compreender o modo de expressão do pensamento.

Platão, com a finalidade de estudar a constituição do pensamento, dividiu a unidade do discurso em duas partes: *ónoma* e *rhéma*. A primeira se referia ao grupo de nomes e a segunda, aos verbos, estabelecidas por uma lógica parecida com a que se usa hoje para diferenciar sujeito e predicado. A combinação desses dois componentes constituiria, então, a proposição. Tem-se, aí, uma primeira visão de verbo como núcleo de um sintagma.

Mais tarde, Aristóteles acrescentaria a essa noção outros conceitos como os de qualidade e quantidade, para a formulação de juízos e raciocínios, criando, então, o silogismo. Todavia, embora já se reconhecesse outras categorias de palavras, a construção de qualquer proposição estava

condicionada à existência de um verbo em seu enunciado. Observa-se, pois, na constituição da lógica, a elaboração da gramática, que teve sua primeira descrição com Dionísio Trácio. Nota-se, ainda, que, mesmo com o reconhecimento de outros grupos de vocábulos, o verbo nunca perdeu seu papel de destaque na análise linguística², confirmado hoje pelo seu caráter nocional nas sentenças.

Todavia, segundo Ricardo Cavaliere, a definição do vocábulo se configura como “um daqueles problemas cruciais que ainda perduram nos estudos linguísticos” (CAVALIERE, 2000, p. 280), devido a sua complexidade lexical e sintática. Além disso, por sua variedade de características morfossintáticas e semânticas nos diversos idiomas e por sua *essencialidade* gramatical, mesmo nas sentenças nominais, quando sua presença é ideológica, o verbo nunca conseguiu uma unânime conceituação, o que torna essa questão, ainda, uma finalidade das pesquisas atuais (*Idem*).

Na gramaticografia brasileira, o verbo manteve sua relevância, mesmo que a conceituação oscilasse ora como elemento de conexão, ora como enunciador, ora como denotador de ação. Jeronymo Soares Barbosa definia tal palavra como a parte conjuntiva do discurso, afirmando que ela “serve para atar o atributo da proposição com o seu sujeito” (BARBOSA, 1875, p. 132), deixando clara, assim, a excelência do verbo ser. Júlio Ribeiro conceitua o termo como sendo a “palavra que enuncia, diz ou declara alguma coisa” (RIBEIRO, 1885, p. 73), afirmando, pois, sua função de predicação na proposição. Da mesma forma, Maximino Maciel, contemporâneo de Ribeiro, caracteriza o verbo como uma palavra de tempo, que serve para afirmar ou exprimir um fato (MACIEL, 1916), mais uma vez enfatizando sua importância em sentenças declarativas.

Seguindo uma sequência cronológica, um pouco mais tarde, Eduardo Carlos Pereira destaca, como caráter fundamental do verbo, a expressão de uma ação, mesmo ele podendo ser considerado, por outros estudiosos, um termo indicativo de estado. Para o autor, todos os vocábulos dessa categoria concebem algum grau de atividade ao sujeito, espontânea ou refletida. Pereira acrescenta, ainda, além da relação de tempo, já descrita por Ribeiro, a categoria de modo, ambas as condições sob as quais a ação seria realizada (PEREIRA, 1942).

² Para mais informação sobre o histórico da gramática e do estudo dos verbos, ver Azeredo (2000, p. 15-26).

Souza Lima, embora já considere o registro brasileiro, retoma a visão clássica de verbo como sendo, junto com o substantivo, as classes de palavras mais importantes, já que uma nomeia os seres e a outra afirma sobre esses seres uma ação ou estado (LIMA, 1937). Alguns anos depois, Said Ali admite ser o verbo “a palavra que denota ação ou estado”, incluindo nessa afirmação a importância das terminações (desinências) para indicar pessoa, número, tempo e modo (ALI, 1964). De acordo com Cavaliere, nessa afirmação progrediu-se para um conceito híbrido, no qual se emaranharam critérios semânticos e morfológicos (CAVALIERE, 2000, p. 284). Estabelece-se então o conceito mais usual dessa categoria, nos dias atuais, aplicada quase que de forma unânime nas gramáticas escolares.

Em duas das gramáticas mais influentes, ainda hoje, no estudo e ensino da língua portuguesa, *Moderna Gramática Portuguesa* e *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, encontram-se as seguintes conceituações do verbo, respectivamente: “unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual o falar organiza seu significado lexical” (BECHARA, 2004, p. 209) e “uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo” (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 379). Nas duas definições, percebe-se a noção nuclear do verbo na construção dos enunciados, o que admite sua importância lexical e permite considerar suas adaptações e variações de caráter morfológico.

Em dois estudos relevantes do início deste século, nota-se um tratamento bastante distinto dado a essa categoria. Cavaliere, em *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira*, pela própria intenção de seu trabalho que visa a oferecer uma descrição do pensamento gramatical brasileiro (CAVALIERE, 2000, p. 20), não conceitua a classe dos verbos, mas apresenta o quão complexo foi esse exercício na trajetória das pesquisas nacionais. O autor enfatiza o fato de a categorização da palavra ser consonante a cada vertente de estudos linguísticos e admite a *essencialidade* do verbo como causa de sua importância no tratamento gramatical. Ademais, afirma que o verbo “sintetiza um núcleo irradiador de múltiplas relações sintáticas, razão por que, modernamente, havemos de entendê-lo ordinariamente como núcleo de sintagma essencial na estrutura da frase” (*Idem*, p. 280), o que o torna fundamental, mesmo quando ausente, para a organização mental da estrutura frasal. José Carlos de Azeredo, em *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, opta por centrar a definição do verbo sob o ponto de vista exclusivamente morfo-

lógico: “é a espécie de palavra que corre nos enunciados sob distintas formas para a expressão das categorias de tempo, aspecto, modo, número e pessoa.” (AZEREDO, 2008, p. 180). O autor destaca a importância da categoria de tempo para a caracterização objetiva e imediata do vocábulo, inclusive subordinando as noções de número e pessoa a essa flexão.

O que se pode perceber em todas as definições analisadas é a necessidade de trazer junto delas, para uma compreensão mais ampla, a caracterização das categorias verbais ou outros conceitos complementares, que ora se debruçavam sobre os aspectos semânticos, ora sobre os morfológicos. Dessa forma, várias são as peculiaridades desses vocábulos elencadas pelos gramáticos, o que não equivale a dizer que elas são recorrentes e frequentes em todos esses tratados.

Barbosa afirma que o verbo compreende cinco ideias acessórias: a de sujeito; a de número; a dos diferentes modos; a dos tempos; e a que se pode entender como a de aspecto, devido ao seu traço lexical. Trata ainda do que chama de três espécies de verbo (os substantivos, os auxiliares e os adjetivos), além de mencionar a conjugação/classificação e a transitividade. Já Ribeiro dedica-se a discutir a transitividade verbal e a classificar os verbos, mas, em alguns momentos, tal classificação parece se confundir com a noção que hoje se tem de aspecto por sua característica semântica. Maciel propõe as seguintes condições ao estudo do verbo: predicação, personalidade ou integridade, conjugação e modalidade. E Peireira sugere um estudo subordinado aos seguintes tópicos: conjugação, sujeito, complemento e significação. As demais gramáticas apresentam em comum a discussão sobre as flexões, classificações e/ou conjugações, e, ora sim, ora não, tratam de aspecto. Fato curioso no tratamento dado a esse objeto de estudo são o lugar e a atenção dispensados à análise das vozes verbais e esse será o assunto do próximo item.

3. As vozes verbais: uma pequena retrospectiva

Um dos assuntos mais polêmicos da análise verbal diz respeito às vozes. Além de apresentar classificações diversas, a categoria não apresenta lugar comum e fixo nos compêndios gramaticais. Essas formas sintáticas assumidas pelos predicados ocupam espaços distintos em tais tratados, que vão desde quando se aborda as classificações dos verbos em substantivos, auxiliares e adjetivos até quando se fala de predicação e pronominalidade. Todavia, sempre que tratado, o tema necessita estar atrelado à noção semântica de sujeito como agente, paciente ou experien-

ciador (*Idem*, p. 270), aquele sobre o qual a predicação se suporta nos casos em que o fato mencionado não depende de um agente.

Cavaliere lembra que a distinção entre verbos ativos e passivos, herdada, inadequadamente, da gramática latina, não era consenso entre os estudiosos e, por esse conhecimento, logo, tal classificação foi deixada de lado. Assim, a conceituação das vozes verbais em ativa, passiva e medial, tomou destaque. Do mesmo modo, abandonou-se a noção de verbo neutro ou inativo, que foi integrada, mas não completamente, à compreensão de intransitividade verbal, a cujo valor semântico não correspondiam nem a ação nem a passividade (CAVALIERE, 2000, p. 287).

Jeronymo Soares Barbosa, no final do século XIX, em sua *Gramática Philosophica da Língua Portuguesa*, aborda a temática das vozes verbais no Artigo I do Capítulo IV, no qual discute o verbo substantivo e seus auxiliares. Para o autor, o verbo substantivo *ser* é o único capaz de exprimir a existência de uma qualidade ou atributo no sujeito de uma proposição, já que *é*, por excelência, o único existente. Desse modo, o gramático, alicerçado no estilo filosófico da tradição clássica, acaba por negar, de certa forma, a função auxiliar do mesmo vocábulo na construção das perífrases de voz passiva, uma vez que, nessa concepção, ele só pode ser substantivo e, portanto, principal. Nas palavras do autor:

Porém o verbo *ser* n'este uso não tem outra significação e emprego senão o seu proprio, que é o de exprimir a existencia de uma coisa em outra. N'estas duas orações, *eu sou amado*, e *eu amo* ou *sou amante*, o verbo *sou* afirma do mesmo modo na primeira a coexistencia em mim do amor que o outro me tem, que na segunda a do amor que eu tenho a outrem. Isto é claro. Não é pois auxiliar, mas um verbo substantivo, simples, e o unico e principal, a que os mais servem de auxílio para o acabarem de conjugar de todos os modos possíveis. (BARBOSA, 1875, p. 135-136)

Portanto, pode-se perceber que a concepção de voz transita entre a morfológica, haja vista a posição que ocupa na publicação, e a semântica, uma vez que o verbo carrega em si a coexistência de vários sentidos.

Já a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro, de cunho mais prescritivo, traz uma pequena menção às vozes verbais quando trata dos verbos transitivos, que podem estar na voz ativa ou passiva, dependendo da função exercida pelo sujeito. Para tanto, traz a seguinte afirmação:

Os verbos transitivos podem estar na voz activa e na voz passiva. Estão na voz *activa* quando a acção transitiva que representam é exercida pelo sujeito da oração: estão na voz *passiva* quando, pelo contrário, tal acção é exercida sobre esse sujeito. (RIBEIRO, 1885, p. 74)

No entanto, o gramático só vai mencionar a ação recíproca ou reflexiva quando lista a classificação *pronominal* do verbo, afirmando que “A distribuição da acção do verbo em *recíproca*, *reflexiva etc.* está mais no domínio da lógica do que na *grammatica*.” (*Idem*, p. 76). Segundo Ferreira e Osório,

O mais significativo em Júlio Ribeiro, entretanto, de um ponto de vista historiográfico, é que (...) coube ao autor introduzir uma metalinguagem inovadora na análise de um dos constituintes da frase, ao rotular o clítico *se* de “partícula apassivadora (FERREIRA & OSÓRIO, 2010, p. 116).

Ribeiro referenda sua posição, citando Garrett e concordando com ele quando afirma que um verbo recíproco não é outra coisa senão um ativo com um pronome, que poderia ser um nome, no lugar do objeto. A caracterização de voz, nesse caso, representa a idiosincrasia histórica do tratamento dado à questão, já que ela é mencionada em partições distintas da gramática: uma que remete à predicação e outra que denota a noção de classificação.

Fato semelhante ocorre na descrição de Maximino Maciel, que só menciona as vozes ativa e passiva quando aborda as expressões verbais, no tópico *auxiliares participiais*. Em relação à passividade, Maciel, ainda, afirma que ela é expressa por três processos: “o *analytico* ou *participial*, o *pronominal* e o *semiotico* ou *infinitivo*” (MACIEL, *apud* FERREIRA & OSÓRIO, 2010, p. 116). Na ocorrência do processo pronominal, o autor afirma que ele só pode acontecer caso o sujeito não exerça a ação verbal.

Algumas décadas mais adiante, ainda na primeira metade do século XX, Said Ali dedica uma partição de sua *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (ALI, 1964, p. 176-182), apenas, à análise da voz sob três dimensões: ativa, passiva e medial, excluindo-se, então, a concepção individual de verbos reflexivos e neutros, tão propagada pela utilização da gramática de Pereira, que será analisada no próximo tópico. Encontra-se na primeira condição, segundo o autor, os verbos usados na conjugação simples cujo sujeito é agente. Todavia, já aí, chama-se atenção para os casos em que, mesmo o vocábulo estando na forma ativa, sua significação não denota nenhum tipo de atividade do sujeito, mas sim estado, como no caso de *padecer*, *adoecer* e *morrer*. Para Pereira, essas ocorrências pertenciam à categoria dos neutros e, para Ali, tais intransitivos “ainda que tenham forma ativa, aproximam-se, pois, quanto à significação, antes dos transitivos passivos que dos transitivos ativos.” (*Idem*, p. 177), denotando a idiosincrasia e os dilemas des-

sa classificação. Já a forma passiva ocorre quando a ação se dirige ao sujeito, agora paciente, caracterizando-se pelo verbo transitivo no particípio do pretérito acompanhado do auxiliar *ser*. Por fim, a terceira forma, intermediária entre as outras duas, é ilustrada pelo autor como aquela que se conjuga com o pronome reflexivo, abrangendo as funções de reflexividade e reciprocidade, entre outras.

O gramático chama atenção, também, para “a deficiência da linguagem, a desproporção entre os limitados meios de expressão e a variedade de conceitos e cambiantes de conceitos que nos importa exprimir” (*Idem*), no que se refere a: a utilização dos mesmos pronomes para indicar tanto a reflexividade quanto a reciprocidade, assim como Pereira já anunciara; os distintos significados assumidos pelas mesmas formas dependendo da predicação verbal; a variada significação emanada por um mesmo vocábulo de acordo com o grau de atividade do sujeito e com a utilização ou supressão do pronome reflexivo; entre outros.

Ademais, o autor destaca o grau de atividade transmitido por alguns verbos pronominais por conta do reflexivo, como *queixar-se*, *atrever-se* e *gabar-se*. E, ainda, reflete sobre como a forma medial indica espontaneidade e atos sem agente ou causa visível, como em *a luz apagou-se*, o que se estende a enunciados nos quais não se pode precisar o agente, como em *alugam-se casas*. Segue-se, então, uma série de análises do verbo, que já parecem anunciar o aspecto, dado o seu caráter semântico.

Um pouco mais tarde, no início da segunda metade do século XX, Bechara apresenta a voz como uma categoria verbal, segundo a organização feita por Roman Jakobson, definindo-a da seguinte maneira:

Voz ou **diátese (PC/AC)** – Determina a relação entre o acontecimento comunicado e seus participantes. O primeiro participante, lógico, o sujeito, pode ser agente do acontecimento (*voz ativa*) ou objeto do acontecer (*voz passiva*), ou agente e objeto ao mesmo tempo (*voz média, incluído o reflexivo*). (BECHARA, 2004, p. 213)

Adiante o autor retoma o assunto, dedicando a ele uma pequena parte do capítulo de verbo. No entanto, aqui, a divisão das vozes se dá de maneira tradicional, ativa, passiva, reflexiva, provavelmente por influência da normatização da NGB, embora tenha se mantido para elas a mesma explicação anterior. Ademais, Bechara ressalta a diferença entre voz passiva e passividade, alertando que a primeira “é a forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação” (*Idem*, p. 222) e que a segunda “é o fato de a pessoa receber a ação verbal. A passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa, se o verbo

tiver sentido passivo” (*Idem*). Já em relação à voz reflexiva, o gramático, mesmo reconhecendo as diferenças semânticas, inclui nessa classificação as noções de reflexividade, reciprocidade, impessoalidade e “passividade com se” (*Idem*, p. 223). Nesse último caso, tornou-se necessário explicitar que:

A voz passiva se difere da reflexiva de sentido passivo em dois aspectos:

1) pode apresentar o verbo em qualquer pessoa, enquanto que a reflexiva só se constrói na 3ª pessoa com o pronome *se* (...).

2) pode seguir-se de uma expressão que denota o agente da passiva, enquanto a reflexiva, no português contemporâneo dispensa. (*Idem*)

Já Celso Cunha e Lindley Cintra, nas décadas finais do século passado, expuseram a voz como uma flexão verbal na qual o fato expresso poderia ser representado de três formas: como praticado pelo sujeito – voz ativa; como sofrido por ele – voz passiva; ou ambos – voz reflexiva. Ressaltam, ainda, a necessidade da transitividade verbal para que a transformação de voz seja possível e elencam as estruturas que podem ser assumidas pelos verbos nessas três configurações. Tem-se nessa explicação, talvez, a noção mais usual e tradicional dessa flexão nos bancos escolares (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 384-386).

Como pôde ser observada nesse pequeno retrospecto, a atenção dispensada à questão das vozes verbais sempre pareceu controversa. As relações semânticas, sintáticas e morfológicas por vezes se confundiam e por outras se excluía, dependendo do tempo e da concepção linguística dos estudiosos da língua portuguesa. Houve até mesmo quem negasse a noção de voz das formas verbais. Todavia, essa sempre foi, ao menos, uma discussão presente e situada na trajetória das pesquisas do português no Brasil, o que a torna representativa no desenvolvimento de tal gramatografia. Assim, cabe, agora, dedicar uma análise mais aprofundada a três autores que trouxeram, em tempos e de modos distintos, grandes contribuições ao estudo dessas questões.

4. As vozes verbais: a visão de três grandes autores situados no tempo e no espaço

Eduardo Carlos Pereira, na década inicial do século XX (1907), foi um dos primeiros estudiosos da língua portuguesa no Brasil a destinar um cuidado especial às vozes verbais. Em sua *Gramática Expositiva*, logo após a definição de verbo, o autor esboça uma rápida explanação so-

bre tal assunto, afirmando que:

O verbo, pois, em sua expressão característica (*sic*) preeminente, assume três aspectos fundamentais em relação ao sujeito; as três vozes – a ATIVA, a PASSIVA e a REFLEXA, são três maneiras em que podemos encarar o enunciado verbal em relação à pessoa ou cousa que é atribuído. (PEREIRA, 1942, p. 111)

Ao reafirmar que, além de agente ou paciente da ação, o sujeito pode ser, ao mesmo tempo os dois, e que o verbo pode, nessa condição, adotar a forma de voz média ou reflexa, Pereira retoma a tradição clássica grega de análise do discurso, deixando clara a sua influência histórico-comparativa. Todavia, ao propor, mais adiante em seu livro, uma apreciação do verbo sob os aspectos de conjugação, sujeito, complemento e significação, o gramático ousa inovar nos estudos gramaticais, o que fez de sua publicação a mais usada e indicada até o advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (*Idem*, p. 112).

Agora, não mais mencionando voz, mas sim o formato assumido pelo verbo em relação ao sujeito, o autor enquadra a voz como flexão verbal e enumera as seguintes classificações (*Idem*, p. 153-156):

- Ativo – entende-se que a ação é conscientemente praticada pelo sujeito.
- Passivo – a ação, expressa de modo analítico, é recebida pelo sujeito, valendo-se de três processos para indicar a passividade: com os verbos ser e estar mais o particípio passado variável de alguns verbos ativos (Ex.: *estar ferido*); com a utilização da *partícula apassivadora SE*, quando o sujeito não for agente, ou porque é inanimado ou porque é apenas paciente (Ex.: *Cortam-se árvores – O amigo se conhece nos transe apertados*); com a forma *ativa do infinito* usada como complemento de alguns adjetivos (Ex.: *osso duro de roer = de ser roído*). “O que se chama verbo passivo não é mais que a *voz passiva* dos verbos ativos-transitivos.” (*Idem*, p. 154)
- Reflexivo – o verbo ativo, também analítico, revela um ato praticado e recebido pelo próprio sujeito, simultaneamente, “e tal verbo outra coisa não é senão a *voz reflexa* dos verbos ativos-transitivos.” (*Idem*). Nesse aspecto, o autor atenta para o fato de que, embora na média e na passiva a ação recaia sobre o sujeito, no primeiro caso a ação também é realizada por ele, enquanto que no segundo o ato é realizado por outrem. Do mesmo modo,

ressalta que os verbos reflexivos são os pronominais, que se dividem em duas categorias: essenciais – em que o vocábulo nunca está desacompanhado do pronome oblíquo, cuja reflexibilidade é quase imperceptível (Ex.: *arrepender-se*); e acidentais – em que o verbo ativo que, quando acompanhado de pronome, tem sua reflexibilidade claramente denotada (Ex.: *envergonhar-se*). Além disso, Pereira destaca a diferença entre os verbos reflexivos e recíprocos, lembrando que no último caso a ação se dá entre dois ou mais sujeitos e não sobre si mesmo.

- Neutro – o verbo não revela nem atividade nem passividade do sujeito, apenas um estado ou qualidade. São os vocábulos, pois, que no latim compreendiam os verbos intransitivos³. (Ex.: *morrer, estar, ficar*).

Cinquenta anos mais tarde, Rocha Lima⁴, calcado em um pressuposto estruturalista, considera, de forma bastante singular, o conteúdo da voz verbal, o que torna muito importante a análise do autor, uma vez que pode ter influenciado a construção da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) um ano mais tarde (HENRIQUES, 2011, p. 44). Contudo, o tratamento, bastante sintético, dado a esse assunto caracteriza-se por dois critérios: o morfológico e o sintático, ambos mencionados em capítulos distintos da publicação.

Na primeira menção, logo após o exame dos verbos auxiliares, o gramático descreve a voz passiva como uma construção perifrástica e apresenta todas as suas possíveis conjugações. Já o modelo flexional, simples e composto, da voz reflexiva é demonstrado sob dois prismas: “1º tipo (Com os pronomes oblíquos antepostos às formas verbais)” (LIMA, 1972, p. 128) e “2º tipo (Com os pronomes oblíquos pospostos às formas verbais)” (*Idem*, p. 132). Nota-se aqui que, diferentemente, da gramática anterior, não é atribuída a tais modelos nenhuma carga semântica.

Sob a segunda alusão, agora sintática, observa-se, no CAPÍTULO 17 – TEORIA GERAL DA FRASE E SUA ANÁLISE, a consideração do agente da passiva como complemento que, na voz passiva analítica,

³ Ver também Cavaliere (2000, p. 287-288).

⁴ Segundo Cláudio Cezar Henriques, Rocha Lima, Evanildo Bechara e Celso Cunha são autores de três das principais obras de referência da gramaticografia brasileira. (Cf. HENRIQUES, 2011, p. 41-48).

representa aquele que praticou a ação verbal (*Idem*, p. 223). Já no CAPÍTULO 23 – VERBO E SEUS COMPLEMENTOS, Rocha Lima trata dos verbos pronominais, que “trazem preso a si um pronome reflexivo *fossilizado*” (*Idem*, p. 309), como *queixar-se*, *arrepender-se* e *atrever-se*. Segundo o autor, tais vocábulos não possuem nem objeto direto, nem indireto, já que “ninguém pode arrepender outrem, nem a si, devendo, então, ter surgido o pronome por ANALOGIA com outros verbos tais como: *aborrecer-se*, *magoar-se*, *ferir-se*, nos quais o pronome é realmente o objeto direto” (*Idem*). Todavia, em nenhum momento, nessas considerações, embora um pouco mais semânticas, há uma reflexão sobre as vozes reflexiva, medial ou neutra. Menciona, porém, sob a influência de Souza da Silveira, as formas ativa e reflexa dos verbos da seguinte forma:

Bom número de verbos aparecem, também sem alteração de sentido, ora como forma ativa absoluta, ora como pronome reflexo, sendo que “se para alguns se poderá admitir como o anterior a forma ativa, para outros está é a posterior e resulta da conjugação reflexa a qual se retirou, como um trambolho, o pronome átono (*Idem*, p. 310)

Nesse aspecto, o autor parece se indignar com o fato de alguns falantes negligenciarem a forma padrão da língua como pode-se observar na seguinte passagem: “Rui (...) extirpou os pronomes aos verbos *retirar* e *recolher*” (*Idem*, p. 311) em um artigo do *Diário de Notícias*.

Nesse sentido, hoje, Azeredo afirma que os verbos pronominais representam a cristalização das estruturas originárias da voz média, uma vez que as partículas integrantes do verbo são idênticas aos pronomes reflexivos. Assim, acaba por considerar tais verbos como um subtipo das formas de voz média (AZEREDO, 2008, p. 279). Aliás, atualmente, encontra-se, na *Gramática Houaiss de Língua Portuguesa* de José Carlos de Azeredo uma inovação no que tange ao entendimento de voz verbal. Diferentemente dos outros autores já citados, Azeredo define claramente o lugar que, segundo ele, deve ser ocupado por esse conteúdo na gramática, dedicando um capítulo, exclusivamente, a ele:

O que chamamos de voz é a forma sintática que o predicado assume para atribuir um papel semântico ao respectivo sujeito. Nossa definição deixa claro que a voz, diferentemente, das noções de tempo-modo e número-pessoa, não se expressa por meio de flexões do verbo e, portanto, não faz parte de sua morfologia. Qualquer verbo é susceptível do sistema de vozes de variação mórfica para a expressão de tempo-modo e número-pessoa, mas somente os verbos transitivos diretos participam de construções do predicado relacionadas com distinções de voz.

A voz é expressa por um sistema de recursos sintáticos que definem certos padrões formais do sintagma verbal. (*Idem*, p. 270)

Além disso, o autor corrobora a distinção tradicional das três vozes:

- Ativa – cujo verbo pode ser transitivo ou intransitivo e cujo sujeito pratica a ação, mas pode também ser o experienciador (Ex.: *João conhece um bom restaurante*). Essa é a forma *não marcada* do sistema de vozes, já que “não é expressa por um recurso gramatical particular; nela o papel de agente atribuído ao sujeito é um entre outros possíveis.” (*Idem*, p. 270-271).
- Passiva – forma típica dos verbos transitivos, que se caracteriza pela presença do verbo auxiliar *ser* mais o particípio do verbo principal, cujo sujeito assume o papel semântico de paciente ou ser afetado pela ação verbal. O conteúdo expresso por enunciados desse tipo poderia, do mesmo modo, ser anunciado pela voz ativa ou por formas pronominais. Todavia, a escolha de tais construções, segundo o autor, tem motivações discursivas e pragmáticas, que precisam ser observadas na análise contextual (*Idem*, p. 273-275).
- Reflexiva – também típica dos transitivos, marcada pela incorporação ao verbo do pronome *se*, que indica, como complemento, a pessoa e o número do sujeito, e, como significante, os papéis de agente e paciente do processo expresso pelo verbo.

Destarte, percebe-se que, nessa concepção, as vozes verbais assumem um caráter sintático, uma vez que são decisivas na construção e estruturação dos predicados, nos quais as palavras são distribuídas de acordo com três fatores:

- 1) as classes a que pertencem em virtude de seu enquadramento sintagmático;
- 2) os lugares a elas destinados pela hierarquia informacional interna dos enunciados;
- 3) os significados relacionais que, devido a essa hierarquia, deverão exprimir. (*Idem*, p. 271)

Contudo, o autor não recusa a relação semântica, de agente, paciente, instrumento, meio, espaço, entre outras, estabelecida com o sujeito, segundo as formas e os significados assumidos pelo verbo. Ademais, as possíveis inferências (*Idem*, p. 276), que podem ser realizadas na compreensão dos enunciados de acordo com a voz e o aspecto verbal, também são destacadas pelo autor, o que mais uma vez evidencia a interliga-

ção entre os aspectos sintáticos e de significado no tratamento dispensado às vozes verbais e o que talvez tenha gerado tantas idiossincrasias na compreensão histórica de tal tema.

5. *Conclusões*

Enfim, percebe-se, com a pequena análise apresentada aqui, que as considerações sobre a questão da voz verbal estão longe de ser um consenso e que cada uma de suas acepções representa suas marcas temporais e conceituais na gramaticografia brasileira. Nas palavras de D'Ávila: “A questão é tão complexa, que inclusive compêndios gramaticais de um mesmo autor apresentam, também, divergências e contradições na abordagem do tema.” (D'ÁVILA, 2006, p. 12)

É importante salientar que, principalmente com o advento da NGB, o maior objetivo dos tratados gramaticais tem sido o pedagógico. Nesse sentido, há de se considerar que nenhum deles pode dar conta de todos os possíveis usos da língua e que, portanto, apresentam limites claramente compreensíveis na tarefa de orientar professores e alunos de língua portuguesa.

Os dilemas apresentados no tratamento das vozes verbais advêm das relações morfocossintáticosemânticas apresentadas por elas, além das análises que podem ser realizadas, caso se considere, ainda, as intenções enunciativas dos interlocutores. Assim, é plenamente inteligível que os estudos sobre o assunto ora se debruçam nos aspectos morfológicos, ora nos sintáticos e ora nos semânticos, ou ainda, que mesclam algumas dessas concepções.

Contudo, ao que se percebe, atualmente, o lugar das vozes verbais na gramática está mais claramente definido e as contribuições, para a ampla compreensão desse tema, das várias vertentes das pesquisas linguísticas, têm sido irrefutáveis. Por fim, os esforços empreendidos, já há algum tempo, em se considerar, nas análises, o português brasileiro e o contexto comunicativo parecem estar consolidados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. S. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: Universidade de Brasília, 1964.

AZEREDO, J. C. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da língua portugueza*. 6. ed. Lisboa: Typografia da Academia Real da Sciencias, 1875.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CAVALIERE, R. S. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: Eduff, 2000.

_____. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. *Revista Limite*, n. 6, p. 217-236, 2012.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

D'ÁVILA, N. T. *Voz verbal: uma abordagem enunciativa*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FERREIRA, E.; OSÓRIO, P. Da postulação da voz passiva pronominal em português: tradição e ruptura no pensamento gramatical brasileiro. *Revista Gláuks*, v. 10, n. 1, 2010.

HENRIQUES, C. C. Três gramáticas de referência para os estudos do português. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, ano IX, n. IX, Rio de Janeiro, 2011, 2º sem. p. 41-48 Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/9/041.pdf>>.

LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

LIMA. M. P. S. *Grammatica expositiva da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937.

MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva superior*. 59. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1942.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Teixeira & Irmão, 1885.

SILVA, M. A gramática brasileira novecentista: uma história. *Revista Letra Magna*, ano 03, n. 04, 1º sem. 2006.